

Justiça climática: da promessa global à ação local



» DÉCIO LIMA
Presidente do Sebrae

» PAMELA JOUVEN
Diretora SME Climate Hub

A justiça climática é, antes de tudo, uma busca por equidade. Trata-se da construção de uma divisão justa dos investimentos e das responsabilidades no enfrentamento da emergência ambiental, guiada pela proteção dos direitos humanos, coletivos e difusos, e pelo reconhecimento das responsabilidades históricas que cada país carrega nas mudanças do clima.

Hoje, o debate climático é também um debate sobre desigualdade e sobre quem arca, de fato, com os custos da crise ambiental.

A COP29, realizada em 2024 em Baku, no Azerbaijão, terminou com avanços técnicos, mas também com a sensação de que a diplomacia climática tradicional chegou ao seu limite. O mundo continua distante da meta de conter a elevação da temperatura média global em 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais, e o financiamento climático ainda não chega a quem mais precisa.

Agora, com a COP30, o planeta volta seus

olhos à Amazônia, não apenas como cenário de discursos, mas como território onde nascem soluções concretas.

No Brasil, grande parte das emissões de gases de efeito estufa vem do desmatamento e da pecuária. Uma das saídas para esse desafio, que parece estrutural, nasce justamente na base da economia: nos pequenos produtores e empreendedores locais. As pequenas propriedades rurais emergem como protagonistas na transição para uma agricultura regenerativa. Sua profunda conexão com a terra e o conhecimento tradicional permitem a adoção de práticas adaptadas localmente, essenciais para a saúde do solo e a biodiversidade.

A flexibilidade inerente à menor escala facilita a diversificação de culturas e a implementação de sistemas agroflorestais, promovendo resiliência e reduzindo a dependência de insumos químicos. Ao focar em mercados locais, os pequenos produtores agregam valor e fortalecem a bioeconomia, garantindo alimentos saudáveis e fixando famílias no campo.

É essa virada que o Sebrae e o SME Climate Hub querem destacar em Belém: os pequenos negócios são parte essencial da solução climática. No Brasil, as MPE representam mais de 95% das empresas brasileiras, mais de 80% dos empregos formais e estão mais próximas do território e da comunidade. São elas quem sentem primeiro os impactos das mudanças no clima, mas também podem agir rápido e implementar ações sustentáveis simples no dia a dia, como o uso racional de energia e de água.

A transição ecológica global só será possível se oferecermos a essas empresas instrumentos financeiros acessíveis, políticas públicas específicas, inovação tecnológica e formação em práticas de baixo carbono. Isso significa, também, reconhecer que a bioeconomia, a agricultura regenerativa e a economia circular não são tendências de mercado — são condições para a sobrevivência da floresta e das comunidades que vivem dela.

Os mutirões que o Sebrae realiza em todo o país, e que terão um marco especial durante a COP30, são exemplos práticos desse movimento. Nessas ações coletivas, pequenos empreendedores recebem orientação para tornar seus negócios mais sustentáveis, medir e reduzir emissões, acessar crédito verde e se conectar a mercados conscientes.

No restante do mundo, os desafios são outros — desde a descarbonização industrial até a transição energética —, mas o princípio é o mesmo: quando o pequeno negócio tem apoio, o impacto positivo se multiplica. A força do território e da comunidade é um ativo global, e a Amazônia será o palco para reafirmar isso.

Belém tem tudo para marcar a virada de uma agenda climática centralizada em grandes compromissos para uma ação distribuída, plural e enraizada. O roteiro de Baku a Belém pode ser a transição entre a promessa e a prática — da conferência técnica para a conferência do território.

Porque, no fim, onde tem pequeno, tem futuro. Tem floresta em pé, tem renda, tem dignidade. E tem o início de um novo pacto entre desenvolvimento e sustentabilidade.

maurenilson



A roda por onde circula a humanidade



» LOMA SOLARIS
Cantora, compositora, diretora artística e produtora-executiva

Tendo como corolário a expansão imperialista das potências europeias nos séculos 15 e 16, na América e na África, sob a égide papal, as empreitadas marítimas de Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França buscavam novos territórios que servissem de sustáculo ao processo de acumulação primitiva de capital — elemento essencial do capitalismo mercantil daquele período. Nesse contexto, resgatou-se e adaptou-se a prática da escravidão já conhecida no mundo antigo, revestindo-a de novas justificativas coloniais.

O trabalho escravo tornou-se, assim, pilar central da acumulação de capital, sendo a condição de escravizado inicialmente determinada por razões econômicas, às quais se somariam, posteriormente, contornos culturais e pseudocientíficos, usados para legitimar a barbárie inerente ao sistema escravista. O regime mercantilista vigente durante a colonização americana foi determinante para definir o perfil da mão de obra explorada.

Além dos negros africanos, a insanidade colonizadora recorreu à utilização de mão de obra branca pobre, considerada “escória” pela elite europeia. Muitos desses europeus foram enviados às Américas em condições precárias e degradantes — ora enganados quanto às reais circunstâncias no território de destino, ora deportados à

força para servir às empresas coloniais. Criou-se, para isso, um aparato jurídico hipócrita que criminalizava mendicância, vadiagem, dissidências religiosas e, no caso das mulheres, até a acusação de bruxaria, legitimando sua deportação para as colônias recém-invasidas e saqueadas.

Branços pobres, indígenas e negros, muito antes desse processo, foram desqualificados como “seres sem alma” — numa esquematização muito bem traçada e aplicada ao continente africano, cujas culturas, conhecimentos científicos, invenções importantes e riquezas naturais foram saqueados, enquanto seu povo, após sangrentas guerras, era sequestrado e escravizado.

Com a implementação do tráfico humano, a moeda de troca utilizada era a manila, um objeto de cobre com cerca de 86 gramas, empregado para “comprar” vidas de mulheres para exploração sexual, reprodução e trabalhos domésticos; africanos para trabalhos forçados sendo comparados aos animais. Esse modelo administrativo, marcado pelo imediatismo e pela crueldade, consolidou crenças ainda presentes, como a ideia de que mulheres são perigosas e devem ser desclassificadas; negros são naturalmente inclinados ao crime; idosos devem permanecer em silêncio; e executivos são, por definição, livres.

Simone de Beauvoir sintetizou essa lógica desumanizadora ao afirmar: “O maior crime que podemos cometer é destituir o ser humano de sua humanidade.”

Essa pequena parte de compilados demonstra que as histórias de invasões, piratarias e das guerras que conhecemos muito bem, não dignificaram a humanidade, mas estrategicamente têm servido para nos mostrar mais do mesmo, e menor possibilidade de que algum dia, o bem possa

vencer os de conduta equivocada.

Por quanto tempo ainda seguiremos de olhos vendados ignorando as origens? E a força inerente à nossa própria vontade?

Essa cartilha de posicionamentos pseudopolíticos e de crenças que induzem racionais a cometerem barbáries contra os seus pares, realmente lhe convence? Ou transita pela vida reverberando o inconsciente coletivo?

Esse inconsciente coletivo é constantemente alimentado e direcionado conforme a bola dos interesses da vez, impedindo que o indivíduo encontre tempo e espaço para refletir sobre si mesmo. Qual seria seu conceito de satisfação pessoal e de felicidade? São raros os que exercitam a auto-pesquisa sobre quem realmente são, na essência. Aprofundar o conhecimento por meio dos estudos sobre a nossa história, desde o *homo sapiens*, é recomendado a todo ser racional, com infinitas possibilidades de contribuição ao complemento do ser reconhecimento identitário.

Mister salientar que as coisas mundanas não terão espaço na bagagem para a tão temida viagem, não é mesmo? Dito isso, oportuno alertar que toda forma de tortura, genocídio, perseguição, eugenia marginalizada, racismo, xenofobia barganhas... seguirá deformando consciências e certamente levará a humanidade à ruína do corpo e da mente. E quem faz isso sabe muito bem o que está fazendo.

Entretanto, nem tudo está perdido neste mundo de possibilidades, como muito bem escreveu o poeta Colmar Duarte. Alguns de seus versos foram musicados pelo compositor Sergio Rojas, cuja inspiração me norteia: “Não me basta achar caminhos, eu quero a razão da estrada. Galopa vida galopa, que o tempo pode acabar.”

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Cancelamento nosso de cada dia

Infelizmente, o século 21, com todos os avanços na ciência que estamos presenciando, não foi capaz ainda de se livrar dos vícios do mundo antigo. Não do mundo propriamente dito, mas do comportamento dos homens nas relações entre si. Movidos pela força da seleção natural das espécies, herdada de nossos antepassados, prosseguimos ainda em disputas que só nos têm trazido decepções, guerras e mortes.

Movidos por impulsos ainda muito ligados à seleção natural, à hierarquia, ao domínio, seguimos como homens das cavernas. Apesar de termos evoluído das armas convencionais para as digitais, seguimos numa disputa incessante que, em vez de nos levar à utopia, arrasta-nos ao palco de decepções, guerras e mortes. A era da informação de massas, das redes globais, dos algoritmos, dotou-nos de poderosas plataformas de visibilidade e de invisibilidade. E é justamente nesse limiar que surge o fenômeno do cancelamento do indivíduo: a exclusão, a “ban” simbólica, a condenação pública que retira a voz, o trabalho, o espaço social, não necessariamente porque se cometeu um ato claro de violência, mas muitas vezes porque se ousou questionar o consenso, pôr em dúvida a narrativa dominante, desafiar o que está “aceito”. Com a tecnologia da informação de massas, passamos agora a ter em mãos a mais nova arma de aniquilação do outro, o cancelamento do indivíduo nas redes e no mundo virtual. A arma que mata a voz.

O que hoje se chama de “onda woke” ou “justiça social” emergiu com vocação crítica dirigida aos abusos, às minorias historicamente oprimidas, ao poder que silencia. Contudo, esse impulso tem um lado sombrio: a definição de quem “merece” permanecer ativo e quem deve ser retirado do palco. Basta que alguém postule um pensamento divergente, ainda que legítimo, para que surja o linchamento virtual, a pressão de públicos ou empresas, o “cancelamento”.

Como define de forma generalista o conceito: a retirada de apoio, o boicote, a expulsão social de alguém por algo considerado ofensivo ou incompatível com o discurso dominante. Esse movimento, que muitas vezes nasce com propósitos emancipatórios, corre o risco de se tornar opressor: quando a lógica do punir substitui o diálogo; quando o erro humano deixa de ser oportunidade de aprendizado e passa a ser sentença irrevogável; quando a pluralidade é trocada por conformidade. Em outras palavras: quando o “cancel” (o apagamento) se torna a nova forma de poder silencioso, implacável mas ainda tão brutal quanto qualquer “carta de execução” do passado.

Vejam alguns exemplos concretos. A autora J.K. Rowling, mundialmente conhecida, enfrentou boicotes e forte reprovação pública após declarações que muitos interpretaram como transfóbicas. O caso mostra como até figuras de enorme projeção se tornam vulneráveis quando se afastam do discurso aceito. Outro exemplo: o ator Liam Neeson, em 2019, ao contar uma história de intolerância que teve, sofreu forte reação negativa, cancelamento promocional imediato e prejuízos à divulgação de seu filme. E mais: a ativista digital Suey Park, ao lançar a hashtag #CancelColbert em 2014, tornou-se símbolo de como o “cancel” também se volta contra quem julga expondo-se a represálias, ameaças, perseguição on-line. Esses casos expõem nuances importantes: nem todo cancelamento é igual, nem todo discurso “cancelado” é injusto, mas o padrão revela algo maior. O padrão de silenciar vozes incômodas, ou simplesmente diversas, elimina o risco, a diferença, a contradição. É uma forma moderna de “apagamento social”.

Em sociedades distópicas (e estamos perto disso), apreender quem pode falar e quem deve calar é um dos modos de controle mais eficazes, além de invisível, digital, rápido. Um clique, um tweet, um julgamento coletivo, e lá se vai o indivíduo. Mais ainda: se considerarmos que a tecnologia da informação de massas está nas mãos de poucas plataformas, algoritmos, corporações, percebemos que o poder de “cancelar” não é igual para todos. Aqueles dentro da bolha dominante disciplinam quem sai dela. Ser “fora do consenso” implica risco de exclusão. O “apagado” deixa de existir no feed, no trending, na visibilidade como se sua perda tivesse menos valor que a de uma árvore derrubada no deserto. Isso não significa que não haja responsabilidades ou que tudo deva ser aceito sem crítica. Muito pelo contrário: o combate ao ódio, à discriminação, à injustiça ainda é urgente, necessário, vital. Mas a questão central é: quem decide o que é ofensivo? Qual o critério para exclusão? Qual o direito de redenção, de reatuação, de falha humana?

Porque se o mecanismo se torna automático, implacável, sem margem de erro ou recuperação ele cria uma nova tirania moral. E, para quem questiona, o maior perigo talvez seja que esse fenômeno se naturalize. Que a sociedade chegue a um ponto em que o simples ato de pensar diferente ou de questionar o “mainstream” seja suficiente para desencadear seu “apagamento”. A lógica da disputa permanece: seleção — porém agora digital, social — e não evolução. A guerra, não entre exércitos, mas entre narrativas, reputações, visibilidades. E o vencedor é aquele que permanece no palco, não necessariamente o que propõe o melhor argumento. É preciso, portanto, retomar o valor do debate, da heterodoxia, da contradição mesmo quando incômoda. No fim, fica o desafio: viver sem a máscara do agrado, discordar sem o pânico da exclusão. E lembrar que a maior arma hoje pode não ser o rifle ou a bomba, mas o silêncio imposto. E que silenciados, por vezes, são aqueles que mais precisavam falar.

A frase que foi pronunciada:

“Eis uma definição de wokeismo: há pessoas sentadas ali, esperando deliberadamente pela emoção de se sentirem ofendidas.”

John Cleese

História de Brasília

É preciso que se esclareça, de uma vez por todas, que Brasília não pode ser dividida em capitânias políticas, e que interesses particulares não podem prevalecer em administração pública. (Publicada em 11.05.1962)